

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

PROCEDIMENTO:	CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA, AO ABRIGO DA ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ARTIGO 20.º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS, NA SUA REDAÇÃO ATUAL
---------------	--

PREÇO BASE:	310.569,11€ (TREZENTOS E DEZ MIL, QUINHENTOS E SESSENTA E NOVE EUROS E ONZE CÊNTIMOS), ACRESCIDO DO IVA À TAXA
-------------	---

PREÇO BASE POR LOTE:	LEGAL EM VIGOR <ul style="list-style-type: none">• Lote 1 – 253.658,54 € (duzentos e cinquenta e três mil, seiscentos e cinquenta e oito euros e cinquenta e quatro cêntimos) + IVA• Lote 2 – 56.910,57 € (cinquenta e seis mil, novecentos e dez euros e cinquenta e sete cêntimos) + IVA
----------------------	--

OBJETO CONTRATUAL:	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADOS À REALIZAÇÃO DO PROGRAMA TURISMO SÉNIOR 2025, POR LOTES <ul style="list-style-type: none">• Lote 1 – Aquisição de serviços para a realização do programa turístico-cultural com viagem;• Lote 2 – Aquisição de serviços de refeição destinado a seniores que não possam usufruir do programa turístico-cultural.
--------------------	---



ÍNDICE

Artigo 1.º	5
Objeto do concurso	5
Artigo 2.º	5
Entidade pública adjudicante	5
Artigo 3.º	5
Órgão que tomou a decisão de contratar	5
Artigo 4.º	5
Fundamento da escolha do procedimento	5
Preço base	6
Artigo 6.º	6
Preço anormalmente baixo	6
Artigo 7.º	6
Concorrentes	6
Artigo 8.º	7
Assinatura eletrónica dos documentos	7
Artigo 9.º	7
Critério de adjudicação	7
Artigo 10.º	8
Consulta e disponibilização das peças do procedimento	8
Artigo 11.º	9
Esclarecimentos, erros e omissões e retificações das peças do procedimento	9
Artigo 12.º	10
Apresentação das propostas	10
Artigo 13.º	10
Proposta	10
Artigo 14.º	11
Propostas variantes	11
Artigo 15.º	11
Documentos que constituem a proposta	11
Artigo 16.º	13
Modo de apresentação da proposta	13
Artigo 17.º	13
Retirada da proposta	13
Artigo 18.º	13
Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas	13
Artigo 19.º	14
Esclarecimentos e suprimientos às propostas	14
Artigo 20.º	14
Exclusão de propostas	14



Artigo 21.º	15
Leilão eletrônico	15
Artigo 22.º	15
Relatório preliminar	15
Artigo 23.º	15
Audiência prévia	15
Artigo 24.º	15
Relatório final	15
Dever de adjudicação	16
Artigo 25.º	16
Causas de não adjudicação	16
Artigo 26.º	16
Notificação da decisão de adjudicação	16
Artigo 27.º	17
Notificação da apresentação dos documentos de habilitação	17
Artigo 28.º	17
Documentos de habilitação	17
Artigo 29.º	18
Prazo e Modo de apresentação dos documentos de habilitação	18
Artigo 30.º	19
Caução	19
Artigo 31.º	19
Caducidade da adjudicação	19
Artigo 32.º	19
Aceitação da minuta do contrato	19
Artigo 33.º	19
Reclamações contra a minuta	19
Artigo 34.º	19
Celebração de contrato escrito	19
Artigo 35.º	20
Prova de declarações	20
Artigo 36.º	20
Falsidade de documentos e de declarações	20
Artigo 37.º	21
Idoneidade	21
Artigo 38.º	21
Artigo 39.º	21
Encargos dos concorrentes	21
Artigo 40.º	21
Legislação aplicável	21
ANEXO I	23



DEUCP	23
ANEXO I-A.....	24
Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP]	24
Anexo II	25
Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]	25
Anexo III	26
Modelo da proposta de preço.....	26
ANEXO IV.....	27
Declaração de experiência profissional sob compromisso de honra (Lote 1)	27
ANEXO V	28
Lista de Restaurantes nos termos do nº2 da Cláusula Técnica 2.ª do Caderno de Encargos (Lote 2)	28
ANEXO VI.....	29
Declaração do cumprimento do disposto no artigo 419.º-A do CCP.....	29
ANEXO VII	30
Modelo da declaração de independência da proposta.....	30
ANEXO VIII.....	31
Modelo de declaração de inexistência de conflitos de interesses e inexistência de conluio.....	31
ANEXO IX.....	32
Modelo de Avaliação das propostas do Lote 1.....	32

SECÇÃO I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

Objeto do concurso

O presente concurso tem por objeto “**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADOS À REALIZAÇÃO DO PROGRAMA TURISMO SÉNIOR 2025, POR LOTES**”, (CPV Classificação relativa ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos 79952000 - Serviços de eventos (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias n.º L 74, de 15 de março de 2008), em concreto:

- **Lote 1** – Aquisição de serviços para a realização do programa turístico-cultural com viagem;
- **Lote 2** – Aquisição de serviços de refeição destinado a seniores que não possam usufruir do programa turístico-cultural.

Artigo 2.º

Entidade pública adjudicante

A entidade pública adjudicante é o Município da Maia, doravante designada por “entidade adjudicante”.

Câmara Municipal da Maia

Praça do Doutor José Vieira de Carvalho

4474-006 MAIA

Telef. 22 9408600

Fax. 22 9480901

<http://www.cm-maia.pt>

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Ex.mo Senhor Presidente, por despacho, exarado em 09 de abril de 2025, no âmbito das competências delegadas em Reunião de Câmara de 19 de outubro de 2021, alteradas e republicadas na Reunião de Câmara de 2 de novembro de 2021.

Artigo 4.º

Fundamento da escolha do procedimento

1. O presente procedimento concursal visa colmatar a satisfação de manifestas necessidades da realização do Programa Turismo Sénior 2025.
2. A satisfação da referida necessidade exige o recurso a um operador económico a atuar no mercado concorrencial, dada a impossibilidade da entidade adjudicante assegurar a sua realização por via dos recursos próprios afetos à sua organização, tornando-se necessário, deste modo, proceder à abertura do presente procedimento pré-contratual para o efeito.
3. A escolha do procedimento para a formação do contrato, em causa, baseia-se no valor do contrato a celebrar e fundamenta-se no disposto nas disposições conjugadas da alínea c) do n.º 1 e alínea e) do n.º 2 do artigo 16.º, do disposto no artigo 18.º e nos termos da alínea a) do n.º 1 artigo 20.º, todos

do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, na sua atual redação dada pelo DL n.º 54/2023 de 14 de julho (doravante designado abreviadamente por CCP).

4. As peças do procedimento permitem a adjudicação por lotes, nos termos do disposto no artigo 46.º-A do CCP.

Artigo 5.º

Preço base

1. O preço base do procedimento é de **310.569,11€ (trezentos e dez mil, quinhentos e sessenta e nove euros e onze cêntimos)**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, sendo o montante máximo que esta entidade se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar, correspondendo, a cada lote, os preços base a seguir indicados:
 - **Lote 1** – 253.658,54 € (duzentos e cinquenta e três mil, seiscentos e cinquenta e oito euros e cinquenta e quatro cêntimos) + IVA
 - **Lote 2** – 56.910,57 € (cinquenta e seis mil, novecentos e dez euros e cinquenta e sete cêntimos) + IVA
2. O valor base foi fixado com fundamento em critérios objetivos, tais como os preços atualizados do mercado obtidos através da consulta preliminar prevista no artigo 35.º-A do CCP.
3. O preço base do procedimento é o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto dos contratos a celebrar, pelo que não poderão ser ultrapassados, sob pena de exclusão.
4. O preço base fixado é meramente indicativo de acordo com a estimativa, prevista nas cláusulas técnicas do Caderno de Encargos, constituindo este o limite máximo a executar, não vinculando, porém, o Município da Maia à integral execução do preço contratual da proposta adjudicada.

Artigo 6.º

Preço anormalmente baixo

Ao abrigo do n.º 1 do artigo n.º 71.º do CCP, a entidade adjudicante não vai definir preço anormalmente baixo.

Artigo 7.º

Concorrentes

1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa neste procedimento mediante a apresentação de uma proposta.
2. Podem ser concorrentes as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP e que tenham por objeto social o desenvolvimento de atividades que integrem o objeto do concurso.
3. É permitida a apresentação de propostas por um agrupamento de concorrentes, o qual deve assumir a forma jurídica de Consórcio Externo em regime de responsabilidade solidária, quando lhe for adjudicado o contrato. No caso de consórcio, todas as empresas integrantes devem satisfazer as disposições de idoneidade referidas no artigo 55.º do CCP.



4. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento nem integrar outro agrupamento concorrente.

Artigo 8.º

Assinatura eletrónica dos documentos

1. Todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica em qualquer momento do processo, deverão ser assinados pelo(s) seu(s) representante(s) que tenha(m) poderes para obrigar, de acordo com o estabelecido no n.º 4 do artigo 57.º do CCP, devendo cumprir com o disposto nas alíneas seguintes:
 - a) Todos os documentos submetidos na plataforma deverão ser assinados digitalmente, através de uma assinatura eletrónica qualificada, de acordo com o estabelecido na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
 - b) Cada documento deverá ser individualizado e deverá ter a aposição de assinatura eletrónica qualificada, ou seja, em cada um dos documentos eletrónicos e autónomos, que sejam submetidos, de acordo com o estipulado n.º 5 do artigo 54.º da Lei 96/2015, de 17 de agosto.
 - c) Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
 - d) A assinatura de pastas zipadas ou compactadas não equivale à assinatura dos documentos nelas contidos e não preclui a exigência inscrita na al. a) e b) do presente normativo.
 - e) Os documentos eletrónicos emitidos por entidades terceiras competentes para a sua emissão, designadamente, certidões, certificados ou atestados, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica das entidades competentes ou dos seus titulares, não carecendo de nova assinatura por parte do adjudicatário que os submetem.
 - f) Os documentos que sejam cópias eletrónicas de documentos físicos originais emitidos por entidades terceiras, podem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica de quem o submeta, atestando a sua conformidade com o documento original.

Artigo 9.º

Critério de adjudicação

1. Critério de adjudicação do **Lote 1:**
 - a) A adjudicação será efetuada, por lote, de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, através da modalidade multifator, densificado por um conjunto de fatores, e eventuais subfatores, correspondentes a diversos aspetos da execução do contrato a celebrar, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP e de acordo com o **Anexo IX** a este programa de procedimento.
 - b) As propostas serão hierarquizadas de forma decrescente, sendo a melhor proposta aquela que apresentar maior pontuação de acordo com o disposto no número anterior.

- c) No caso da existência de dois ou mais concorrentes que apresentem a mesma pontuação final, a proposta de adjudicação será efetuada ao concorrente que apresente o preço mais baixo.
 - d) No caso do mais baixo preço constar de mais de uma proposta, deve ser adjudicada aquela que tiver sido melhor pontuada no fator “Valia Técnica da proposta”;
 - e) A manter-se o empate, o desempate será efetuado por sorteio presencial, cujas condições serão oportunamente notificadas a todos os concorrentes.
 - f) As pontuações são apresentadas com arredondamento às duas casas decimais.
2. Critério de adjudicação do **Lote 2**
- a) A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, sendo o preço o único aspeto da execução do contrato a celebrar a submeter à concorrência, de acordo com a alínea b) n.º 1 do art. 74.º conjugado com a alínea b) do art.º 155.º, ambos do mesmo Código.
 - b) As quantidades são meras estimativas para o período de vigência do presente contrato.
 - c) As propostas serão hierarquizadas de forma decrescente, sendo a melhor proposta aquela que apresentar o mais baixo preço de acordo com o disposto no número anterior.
 - d) No caso da existência de dois ou mais concorrentes que apresentem o mesmo preço contratual, o desempate, será efetuado por sorteio presencial, cujas condições serão oportunamente notificadas a todos os concorrentes.
 - e) Os preços são apresentados com arredondamento à segunda casa decimal.
3. A cada um dos lotes corresponderá um contrato.
4. Não há limite máximo de lotes a adjudicar por cada concorrente.

SECÇÃO II

Peças do procedimento

Artigo 10.º

Consulta e disponibilização das peças do procedimento

1. As peças que instruem o procedimento são o Anúncio, o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos, e respetivos Anexos.
2. As peças do procedimento encontram-se disponíveis no serviço de contratação pública, da Câmara Municipal da Maia, Praça do Doutor José Vieira da Carvalho, onde podem ser consultadas pelos interessados, durante as horas normais de expediente (9:00h às 12:30h e das 14:00h às 17:30h), desde a data de publicação do anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. Durante a consulta das peças do procedimento não é permitida a reprodução de quaisquer documentos por cópia, fotografia ou processo semelhante, nem neles fazer qualquer inscrição.
4. As peças do serão ainda disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública acinGov em <http://www.acingov.pt>.
5. O presente procedimento será integralmente disponibilizado a todos os interessados, na plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República.

6. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e o download das peças do procedimento. O interessado apenas necessitará de possuir selos temporais e certificado de assinatura eletrónica qualificada aquando da submissão de uma comunicação ou submissão de proposta na plataforma. Caso não esteja inscrito, deverá proceder ao respetivo registo em https://www.acingov.pt/acingovprod/2/zonaPublica/zona_publica_c/adesao.
7. As normas constantes do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconforme.

Artigo 11.º

Esclarecimentos, erros e omissões e retificações das peças do procedimento

1. Os interessados podem solicitar esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, **durante o primeiro terço do prazo** fixado para a apresentação das propostas, não sendo considerados os pedidos com data de solicitação posterior ao termo do referido prazo.
2. No mesmo prazo, os interessados devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
3. Os pedidos devem ser solicitados por escrito ao júri, através da plataforma eletrónica de contratação AcinGov em <https://www.acingov.pt>, na funcionalidade mensagens/esclarecimentos, utilizando a opção “criar mensagem”.
4. Até ao **fim do segundo terço do prazo** fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar deve prestar os esclarecimentos solicitados, e pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
5. O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto no número anterior.
6. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 4, ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto em matéria de prorrogação do prazo fixado para apresentação de propostas.
7. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov em <https://www.acingov.pt>, e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.
8. Os esclarecimentos e as retificações fazer parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

SECÇÃO III

Propostas

Artigo 12.º

Apresentação das propostas

1. Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov em <https://www.acingov.pt>, até às **23:59:59h do 30.º dia**, a contar envio do anúncio no Jornal Oficial da União Europeia ao Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia, e assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.
2. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos interessados um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
3. O interessado deverá possuir um pacote de selos temporais e certificado de assinatura digital qualificada.
4. Os interessados devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas, bem como para a sua assinatura qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas a concurso as propostas que tenham sido assinadas e recebidas até à data e hora referidas no n.º 1 do presente artigo.
5. Cada ficheiro deve constituir um ficheiro autónomo.

Artigo 13.º

Proposta

1. Na proposta o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. Na proposta o concorrente deve indicar os seguintes elementos:
 - a) **LOTE 1**
 - a) Apresentação do Itinerário/programa
 - b) **Proposta de preço** de acordo com o modelo constante do **Anexo III** ao presente Programa de Procedimento, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar.
 - c) Preço unitário
 - d) Preço total da proposta
 - e) Declaração de experiência profissional sob compromisso de honra, nos termos do **Anexo IV**
 - b) **LOTE 2**
 - a) **Proposta de preço** de acordo com o modelo constante do **Anexo III** ao presente Programa de Procedimento, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar.
 - b) Preço unitário
 - c) Preço total da proposta
 - d) Lista de Restaurantes nos termos do nº2 da Cláusula Técnica 2.ª do Caderno de Encargos, conforme o **Anexo V**
3. **Cada concorrente deve indicar claramente a que lote(s) concorre podendo apresentar proposta para um, para vários ou para todos os lotes individuais.** Aos concorrentes é permitida a apresentação de propostas relativas à totalidade de um ou mais lotes, mas não a parte de um lote, sob pena de exclusão.

4. A cada um dos lotes corresponderá um contrato.
5. Não há limite máximo de lotes a adjudicar por cada concorrente.
6. Na proposta o concorrente pode especificar aspetos que considere relevantes para avaliação da mesma.
7. O preço, que não deve incluir o I.V.A., deve ser indicado em algarismos. Quando o preço constante da proposta for também indicado por extenso, em caso de divergência, este prevalece, para todos os efeitos, sobre o preço indicado em algarismos.
8. A proposta deve mencionar expressamente que ao preço total acresce o I.V.A., indicando o respetivo valor e a taxa legal aplicável.
9. A proposta deve ser assinada eletronicamente pelo concorrente ou seus representantes, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto e de acordo com o disposto no artigo 8.º do presente programa de procedimento. Os documentos não serão considerados assinados se apenas se encontrar assinado o processo de inserção na plataforma eletrónica de contratação pública. Para além dessa assinatura, os documentos propriamente ditos devem ser assinados pela pessoa com legitimidade para o efeito.
10. No caso de agrupamento de concorrentes, a proposta deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os membros ou respetivos representantes.
11. O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta durante um período de **66 dias** contados da data limite para a sua entrega.
12. Não é admitida a apresentação de propostas com alterações de cláusulas do caderno de encargos.

Artigo 14.º

Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas com variantes.

Artigo 15.º

Documentos que constituem a proposta

1. A proposta deverá ser constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Os concorrentes e, no caso de agrupamentos, cada um dos seus membros, terão de apresentar o **Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)**, disponível em <http://www.base.gov.pt/deucp/response/eo/procedure>, cuja assinatura pode ser dispensada, se a autenticidade e integridade for garantida pela assinatura necessária ao meio de transmissão utilizado, designadamente, se a o acesso à plataforma exigir uma autenticação eletrónica, nos termos do Regulamento de Execução (UE) 2016/7 da COMISSÃO, de 5 de janeiro de 2016, que estabelece o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública:
 - i. O proponente deverá selecionar “Sou um operador económico”, “Importar um DEUCP” e clicar “Escolher ficheiro”, após o que deve navegar no explorador de ficheiros até à localização do ficheiro “espdrequest.xml”;
 - ii. Uma vez carregado o ficheiro, selecionar “Portugal” na caixa “Selecionar país” e clicar “Seguinte”;

- iii. Na Parte II [Informações sobre o operador económico], preencher os blocos A, B e C e clicar em “Seguinte”;
 - iv. Na Parte III [Motivos de exclusão], responder às questões dos blocos A, B e C e clicar em “Seguinte”;
 - v. Na Parte IV [Critérios de seleção] responder somente ao bloco α [Indicação global sobre todos os critérios de seleção] e clicar em “Seguinte”;
 - vi. Preencher somente a Parte VI [Declarações finais], clicar em “Exportar”, guardar o ficheiro “espdresponse.xml”, imprimir o documento em formato PDF e guardá-lo com a designação referida na Cláusula 1.ª do Programa de Procedimento;
- b) **Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos**, elaborada em conformidade com o modelo Anexo I ao CCP, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar (**Anexo I-A** do presente Programa de procedimento);
 - c) Documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo, quando aplicável;
 - d) **Declaração** emitida pelo concorrente, na qual fique evidenciado o vínculo contratual dos trabalhadores a afetar à aquisição de serviços, atendendo ao seu prazo, nos termos e para os **efeitos do artigo 419.º-A do Código dos Contratos Públicos**, de acordo com o modelo **Anexo VI** ao presente programa de procedimento;
 - e) **Declaração de Independência da Proposta** elaborada em conformidade com o **Anexo VII** ao presente programa de procedimento, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
 - f) **Cópia do pacto social ou certidão permanente**, devidamente atualizada, emitida pela Conservatória do Registo Comercial, onde conste o objeto de sociedade do concorrente;
 - g) No caso de não ser possível aferir os poderes do(s) assinante(s) para vincular a empresa através da certidão permanente deve ainda ser entregue um documento que permita verificar os poderes de assinatura do(s) mesmo(s) (procuração ou documento equivalente);
 - h) Outros elementos, de apresentação facultativa, que o concorrente considere de interesse e que não estejam em contradição com o estipulado no processo de concurso.
2. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a exclusão da proposta apresentada, bem como da participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal.
 3. Os concorrentes nacionais de outros Estados Membros da União Europeia, ou neles estabelecidos, devem deter os requisitos exigidos legalmente nesse Estado membro para a prestação de serviços objeto do contrato.
 4. No caso de na ordem jurídica do país de origem do concorrente não existir documento idêntico ao especialmente requerido, pode o mesmo ser substituído por declaração sobre compromisso de honra feita pelo concorrente perante uma autoridade judiciária ou administrativa, notário ou outra autoridade competente do país de origem.
 5. No caso de agrupamento de concorrentes, cada uma das entidades que o compõe deve apresentar os documentos referidos nos números anteriores.
 6. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida na alínea a) do n.º 1 deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso



em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os membros ou respetivos representantes.

7. Os documentos que acompanham as propostas devem ser assinados pelas entidades que os emitem.
8. Os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais, com a exceção da descrição das características técnicas dos materiais e produtos a fornecer e dos certificados emitidos pelas entidades competentes, que podem ser redigidos em língua inglesa.

Artigo 16.º

Modo de apresentação da proposta

1. Os documentos referidos na cláusula anterior devem seguir a ordem apresentada e o nome dos ficheiros deve permitir a sua imediata identificação;
2. Cada ficheiro deve constituir um ficheiro autónomo;
3. A colocação de ficheiros na plataforma deverá ser otimizada, devendo para os efeitos agruparem-se ficheiros autónomos em ficheiros/pastas comprimidas, devendo a identificação ser fácil e imediata.

Artigo 17.º

Retirada da proposta

1. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando comunicarem tal facto à entidade adjudicante.
2. O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

SECÇÃO IV

Abertura das propostas

Artigo 18.º

Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

1. O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas, procede à publicação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica de contratação pública acinGov em <http://www.acingov.pt>.
2. Os concorrentes incluídos na lista podem proceder à consulta de todas as propostas apresentadas na plataforma eletrónica referida no número anterior, de todas as propostas apresentadas.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.os 1 e 2 do presente artigo.

Análise das propostas

Artigo 19.º

Esclarecimentos e suprimientos às propostas

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para o efeito da análise e da avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinaram a exclusão da proposta
3. O Júri procederá à retificação oficiosa de erros de escrita e de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário o erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
4. O suprimento das irregularidades das propostas terá lugar, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 72.º do CCP, somente quando a intervenção não prejudique os princípios enformadores do procedimento pré-contratual, nem os fins, interesses e valores jurídicos que a norma preterida visem proteger.
5. Os esclarecimentos e suprimientos referidos no número anterior são disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação pública acinGov em <http://www.acingov.pt>, sendo todos os concorrentes imediatamente notificados desse facto.

Artigo 20.º

Exclusão de propostas

1. São excluídas as propostas:
 - a) Que tenham sido apresentadas depois do prazo fixado;
 - b) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto no presente Programa do Procedimento;
 - c) Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais ou, no caso de agrupamentos de concorrentes, relativamente a qualquer dos seus membros, o Município da Maia tenha conhecimento que se verifica algumas das situações previstas no artigo 55.º do CCP.
 - d) Que não sejam constituídas por todos os documentos exigidos no presente Programa do Procedimento, ou não cumpram o que ali se encontra estabelecido;
 - e) Que sejam apresentadas como variantes, em violação do disposto no presente Programa do Procedimento;
 - f) Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixado no presente Programa do Procedimento;
 - g) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
 - h) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do que se encontra expressamente previsto nas regras do programa do procedimento;
2. São ainda excluídas as propostas cuja análise revele:
 - a) Que não apresentam algum dos atributos da proposta, nos termos referido no presente Programa do Procedimento;

- b) Que apresentam atributos que violem os parâmetros base fixados no caderno de encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência;
- c) A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
- d) Que o preço contratual seria superior ao preço base;
- e) Um preço total anormalmente baixo, cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados ou não tenham sido considerados nos termos previsto no CCP.
- f) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
- g) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência.

Artigo 21.º

Leilão eletrónico

A entidade adjudicante não vai recorrer à realização de leilão eletrónico.

Artigo 22.º

Relatório preliminar

1. Após a análise das propostas e a aplicação às mesmas do critério de adjudicação, o júri elabora um relatório preliminar fundamentado, no qual deve propor a ordenação das propostas, após a operacionalização do critério de adjudicação.
2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o júri deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas, relativamente às quais se verifique alguma das situações a que anteriormente se alude.
3. Caso se verifique que uma ou mais propostas ficam graduadas na primeira posição na ordenação para efeitos de adjudicação, a ordenação final das propostas resultará da aplicação do critério de desempate.

Artigo 23.º

Audiência prévia

Elaborado o relatório preliminar referido no artigo anterior, o júri envia-o a todos os concorrentes para que, querendo, se pronunciem por escrito, através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov em <http://www.acingov.pt>, no prazo que para o efeito lhes for fixado, não podendo o mesmo ser inferior a 5 dias úteis, nos termos do artigo 147.º do CCP.

Artigo 24.º

Relatório final

1. Cumprida a formalidade de audiência prévia, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes eventualmente registadas, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

2. No caso de se verificar a exclusão de qualquer proposta bem como do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.
4. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

SECÇÃO VI

Adjudicação

Dever de adjudicação

A decisão de adjudicação e respetiva notificação ao concorrente deve ter lugar até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas.

Artigo 25.º

Causas de não adjudicação

1. Não há lugar à adjudicação nos seguintes casos:
 - a) Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
 - b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
 - c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento;
 - d) Circunstâncias supervenientes relativas aos pressupostos da decisão de contratar o justifiquem;
 - e) A entidade adjudicante considere, fundamentadamente, que todos os preços apresentados são inaceitáveis;
 - f) No procedimento de diálogo concorrencial, nenhuma das soluções apresentadas satisfaça as necessidades e as exigências da entidade adjudicante.
 - g) No procedimento para a celebração de acordo –quadro com várias entidades o número de propostas apresentadas ou admitidas seja inferior ao número mínimo previsto no programa de concurso.
2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.
3. No caso da alínea c) do n.º 1, é obrigatório dar início a um novo procedimento no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da decisão de não adjudicação.
4. A decisão de não adjudicação determina a revogação da decisão de contratar.

Artigo 26.º

Notificação da decisão de adjudicação

1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.
2. Juntamente com a decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o(s) adjudicatário(s) para, no(s) prazo(s) para o efeito fixado(s):
 - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos no presente Programa de Procedimento;

- b) Confirmar o prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
 - c) Se pronunciar sobre a minuta do contrato, quando este for reduzido a escrito;
 - d) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, a constituição da sociedade comercial, de acordo com os requisitos fixados nas peças do procedimento e os termos da proposta adjudicada.
3. As notificações antes referidas são acompanhadas do relatório final de análise das propostas.

SECÇÃO VII

Habilitação e caução

Artigo 27.º

Notificação da apresentação dos documentos de habilitação

1. O órgão competente para decisão de contratar notifica, em simultâneo, todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação.
2. Os documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário são disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 85.º do Código dos Contratos Públicos, designadamente na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov em <http://www.acingov.pt>.

Artigo 28.º

Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online:
 - a) **Declaração do concorrente elaborada em conformidade o Anexo II ao CCP** que faz parte integrante do presente programa de procedimento (Anexo II ao presente programa de procedimento), devidamente assinada pelo adjudicatário ou por representante que tenha poderes para obrigar.
 - b) **Documento comprovativo da regularização da situação contributiva para com a segurança social portuguesa**, emitido pelo Instituto da Segurança Social, I.P., ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - c) **Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal** ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - d) **Documento comprovativo** de que não se encontra nas situações previstas na alínea b) e h), do número 1, do artigo 55.º do CCP, designadamente, **certificado de registo criminal** ou, na sua falta, documento equivalente emitido pela autoridade judicial ou administrativa competente da empresa concorrente e dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções;
 - e) **Documento comprovativo do registo e das respetivas atualizações de beneficiário efetivo** constantes no RCBE - Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) e e/ou código de acesso online para consulta eletrónica.



- f) Certidão comercial ou documento similar.
 - g) **Declaração de inexistência de conflitos de interesse e inexistência de conluio (Anexo VIII do presente programa de procedimento)**, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar;
2. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar aos adjudicatários, ainda que tal não conste no Programa de Procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe um prazo para o efeito.
 3. Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos de habilitação deverão ser apresentados por todos os seus membros.
 4. Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.
 5. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
 6. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário nos termos dos números anteriores, será concedido um prazo adicional de **3 dias úteis** destinado ao seu suprimento.
 7. A pedido do adjudicatário, o prazo fixado no n.º 1 do presente artigo para apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, pelo período máximo de 5 (cinco) dias úteis.

Artigo 29.º

Prazo e Modo de apresentação dos documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar os documentos de habilitação no prazo **máximo de 5 (cinco) dias úteis**, a contar da data de envio da notificação da decisão de adjudicação.
2. O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação antes referidos, preferencialmente, através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov em <http://www.acingov.pt>.
3. Quando os documentos a que se referem as alíneas b) a e) do n.º 1 do artigo 27.º do presente Programa do Procedimento se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
4. Quando o adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos da lei, para que a entidade adjudicante consulte a informação relativa a qualquer dos documentos mencionados no número anterior, é dispensada a sua apresentação nos termos do n.º 1 ou a indicação prevista no número anterior.
5. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo a fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no n.º 1, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.

Artigo 30.º

Caução

Não é exigível, nos termos do n.º 2 do art. 88.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual.

Artigo 31.º

Caducidade da adjudicação

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário:
 - a) Não apresentar os documentos de habilitação nos prazos fixados no presente Programa de Procedimento;
 - b) Não apresentar os documentos redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente legalizada;
 - c) Não prestar a caução, se aplicável;
 - d) Não confirmar os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
 - e) Não remeter o contrato assinado, no prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - f) Não se tiver associado com os membros do agrupamento, nos termos previstos.
2. Nos casos previstos no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar adjudica a proposta ordenada em lugar subsequente.

SECÇÃO VIII

Contrato

Artigo 32.º

Aceitação da minuta do contrato

1. Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica-a ao adjudicatário, assinalando expressamente os ajustamentos propostos
2. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos, nos termos da lei, consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 dias subsequentes à respetiva notificação.

Artigo 33.º

Reclamações contra a minuta

1. São admissíveis reclamações contra a minuta quando dela constem obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato, ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
2. No prazo de 10 dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

Artigo 34.º

Celebração de contrato escrito

1. O contrato será, nos termos do Artigo 94.º do CCP, reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.

2. O contrato deve ser celebrado no prazo de 30 dias após a aceitação da minuta ou, consoante o caso, do conhecimento da decisão sobre a reclamação contra aquela ou do termo do prazo fixado para o respetivo deferimento tácito, mas nunca antes de:
 - a) Decorridos 10 dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação;
 - b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
 - c) Comprovada a prestação da caução, se aplicável;
 - d) Confirmados os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada, se for o caso.
3. A entidade pública contratante comunica ao adjudicatário, **com a antecedência mínima de 3 dias**, a data limite da outorga e remessa do contrato.
4. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não remeter o contrato assinado no prazo fixado para o efeito, bem como, no caso de o Adjudicatário ser um agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos na lei.
5. Nos casos previstos no número anterior, deve o órgão competente para a decisão de contratar adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.
6. Se, por facto que lhe seja imputável a entidade adjudicante não outorgar o contrato no prazo previsto, o Adjudicatário pode desvincular-se da proposta.

SECÇÃO IX

Declarações e documentos

Artigo 35.º

Prova de declarações

1. A Entidade Adjudicante pode, a qualquer momento, exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas pelos concorrentes.
2. No prazo fixado na notificação da decisão de adjudicação, deve o adjudicatário entregar os documentos de habilitação exigidos, apresentando para o efeito certidões emitidas pelas autoridades competentes do respetivo Estado Membro.
3. Quando a não apresentação dos documentos de habilitação no prazo fixado se verificar por facto não imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder, em função das razões invocadas, um prazo adicional para apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

Artigo 36.º

Falsidade de documentos e de declarações

1. Sem prejuízo dos procedimentos tendentes à responsabilização e da participação às entidades competentes para efeitos de procedimento de índole criminal, a falsificação de documentos ou a prestação culposa de falsas declarações no âmbito deste procedimento determinam a exclusão imediata do concorrente e, sendo o caso, a caducidade da decisão de adjudicação.
2. O disposto no n.º 1 é aplicável no caso de recusa injustificada de apresentação da exigida comprovação.

Artigo 37.º

Idoneidade

1. Podem ser excluídos do presente procedimento, em qualquer momento, os concorrentes que se encontrem em alguma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. A verificação de alguma dessas situações relativamente a um ou mais membros de um agrupamento poderá implicar a exclusão desse agrupamento.

SECÇÃO X

Disposições finais

Artigo 38.º

Possibilidade do recurso ao ajuste direto

1. Nos termos e para os efeitos das situações previstas na alínea a) do n.º 1 do artigo 27.º do CCP, o presente procedimento contempla a possibilidade de recurso ao ajuste direto, quando se trate de novos serviços que consistam na repetição de serviços similares que tenham sido objeto deste contrato, desde que, de forma cumulativa:
 - a) Esses serviços estejam em conformidade com um projeto de base comum;
 - b) O contrato tenha sido celebrado, há menos de três anos;
 - c) O anúncio do procedimento tenha sido publicado no Jornal Oficial da União Europeia, no caso de o somatório do valor estimado do contrato e do preço contratual relativo ao contrato inicial ser igual ou superior ao valor do montante do limiar europeu previsto para os contratos públicos de prestação de serviços, adjudicados por Entidades Adjudicantes;
 - d) A possibilidade de adoção do ajuste direto tenha sido indicada no anúncio ou no programa de procedimento

Artigo 39.º

Encargos dos concorrentes

1. Constituem encargos do adjudicatário as despesas inerentes à elaboração da proposta.
2. As despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade da entidade adjudicante, com exceção dos impostos legalmente devidos pelo adjudicatário.

Artigo 40.º

Legislação aplicável

Em tudo o que o presente Programa do Procedimento for omissivo, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua atual redação dada pelo Decreto-Lei n.º 54/2023, de 14 de julho, na sua redação atual, bem como na demais legislação aplicável.

ANEXOS:

- **Anexo I** - DEUCP
- **Anexo I-A** – Modelo de Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP, na redação dada pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio;



- **Anexo II** – Modelo de Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81º do CCP (na redação dada pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio);
- **Anexo III** – Modelo da proposta de preço
- **Anexo IV** – Declaração de experiência profissional sob compromisso de honra (Lote 1)
- **Anexo V** –Lista de Restaurantes nos termos do n.º2 da Cláusula Técnica 2.ª do Caderno de Encargos (Lote 2)
- **Anexo VI** – Declaração do cumprimento do disposto no artigo 419.º-A do CCP
- **Anexo VII** - Modelo de Declaração de independência da proposta
- **Anexo VIII** – Modelo de declaração de inexistência de conflitos de interesses e inexistência de conluio;
- **Anexo IX** – Modelo de Avaliação das propostas do Lote 1;
- Caderno de Encargos e respetivos anexos - elaborado no âmbito do art.º 42.º do CCP.



ANEXO I

DEUCP

DEUCP – Documento Europeu Único de Contratação Pública, de formato eletrónico, a obter na área específica do Portal dos Contratos Públicos, em [JEDZ](#).

ANEXO I-A

Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP]

1 — (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas **alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.**

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º do CCP

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP

Anexo II

Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas **nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos**.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP



Anexo III

Modelo da proposta de preço

(Nome do concorrente), com sede na (morada do concorrente), pessoa coletiva n.º _____, com a dimensão _____ [escolher uma das seguintes opções: grande; média; micro; pequena; micro pequena ou média] obriga-se a prestar os serviços objeto do concurso público relativo à “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADOS À REALIZAÇÃO DO PROGRAMA TURISMO SÉNIOR 2025, POR LOTES.”, lançado pelo Município da Maia, em conformidade com as peças do procedimento, pelo valor contratual global de _____€ (extenso), para o prazo máximo de 30 dias, englobando todas as despesas inerentes à prestação, nos termos do disposto nos artigos 60.º e 97.º do Código dos Contratos Públicos, o qual não inclui o imposto sobre o valor acrescentado e sendo consideradas as condições de pagamento de acordo com o estabelecido no Caderno de Encargos.

Ao valor global correspondem os seguintes valores máximos por lote e ao prazo máximo de 30 dias, *(preencher apenas os lotes a que concorre)*:

- a) Lote 1 – _____ + IVA
- b) Lote 2 – _____ + IVA

Mais declara que, no preço contratual acima indicado, estão incluídos todos os suprimentos de erros e omissões que tenham sido identificados e depois aceites pelo Município da Maia nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos.

Às quantias supramencionadas incidirá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Em anexo enviamos os documentos da proposta de acordo com o solicitado no programa de procedimento.

[Assinatura Eletrónica do(s) representante(s) legal(ais) da Empresa (1)]

ANEXO V

Lista de Restaurantes nos termos do nº2 da Cláusula Técnica 2.ª do Caderno de Encargos (Lote 2)

[disponibilizado em separado num ficheiro editável]

Restaurante	Morada	Contacto Telefónico	Tipologia de serviço extra	
			Take-away (sim ou não)	Serviço de entrega (delibery) (sim ou não)



ANEXO VI

Declaração do cumprimento do disposto no artigo 419.º-A do CCP

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o procedimento n.º ... relativo a ... (objeto do contrato) com trabalhadores que cumpram com as exigências constantes do artigo 419.º-A do CCP.

2 - Declara também que, caso o Gestor do Contrato designado pelo Contraente Público o solicite, apresentará, no prazo que lhe for definido, cópia dos respetivos contratos de trabalho dos trabalhadores afetos à execução do presente contrato de prestação de serviços.

3 - O declarante tem pleno conhecimento das consequências de prestar falsas declarações.

(local), (data), [assinatura].



ANEXO VII

Modelo da declaração de independência da proposta

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ¹
... (firma, número de identificação fiscal e sede, ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), concorrente no procedimento ... (referência e designação do procedimento em causa), lançado pelo Município da Maia declara, sob compromisso de honra, que:

1. A proposta apresentada no procedimento foi elaborada de forma independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro concorrente potencial ou de facto, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
2. Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influenciar na decisão de qualquer outro concorrente potencial ou de facto em participar ou não no procedimento;
3. Que o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro concorrente potencial ou de facto antes da adjudicação do objeto do procedimento;
4. Que o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer membro integrante da entidade adjudicante antes da abertura oficial das propostas;
5. Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração.

... (local), ... (data), ... (assinatura do(s) representante(s) legal (ais) da entidade).

¹ Aplicável apenas aos concorrentes que sejam pessoas coletivas.



ANEXO VIII

Modelo de declaração de inexistência de conflitos de interesses e inexistência de conluio

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal da (empresa, NIF, sede, e-mail), participando como entidade adjudicatária no procedimento de formação do contrato relativo a (objeto do contrato), lançado pelo Município da Maia., declara não estar abrangido, na presente data, nem anteriormente, por quaisquer conflitos de interesses relacionados com o objeto ou com os participantes no procedimento em causa, nem por participar em qualquer tipo de conluio.

... (local), ... (data), ... (assinatura).

ANEXO IX

Modelo de Avaliação das propostas do Lote 1

O critério básico de apreciação de propostas é o estabelecido na alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do Código dos Contratos Públicos, designadamente o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de multifator, densificado por um conjunto de fatores, e eventuais subfactores, correspondentes a diversos aspetos da execução do contrato a celebrar.

A avaliação global de cada proposta resultará dos resultados da avaliação parcial dos referidos fatores.

O arredondamento dos resultados é considerado às duas casas decimais.

O critério de avaliação compõe-se pelos seguintes fatores:

FATORES		COEFICIENTES DE PONDERAÇÃO
A	Preço total da proposta	40%
B	Valia Técnica da proposta	60%

$$CF = 0,40 \times pP + 0,60 \times pVT$$

Sendo,

CF = Classificação final resultado da média ponderada;

pP = Pontuação do fator A - Preço da proposta;

pVT = Pontuação do fator B – Valia Técnica da proposta

A - METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DO FATOR A “PREÇO TOTAL DA PROPOSTA”

Este fator será pontuado de 0 (zero) a 20 (vinte), de acordo com a seguinte escala de avaliação:

$$pP = \left(1 - \frac{VP}{PB}\right) \times 20$$

Em que,

PB = Preço base;

VP = Valor da proposta do concorrente

B - METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DO FATOR “VALIA TÉCNICA DA PROPOSTA”

SUBFACTORES		COEFICIENTES DE PONDERAÇÃO
SF.2.1	Experiência Profissional do Gestor da equipa do contrato, que ficará encarregue de coordenar a equipa	40%
SF.2.2	Qualidade do itinerário apresentado	40%
SF.2.3	Sustentabilidade no projeto e quantidade de atividades inseridas	20%

É obtida através da seguinte fórmula:

$$pVT = 0,40 \times SF2.1 + 0,40 \times SF2.2 + 0,20 \times SF2.3$$

Valorização dos subfactores de avaliação da qualidade da proposta:

- **SF2.1- Experiência Profissional do Gestor da equipa do contrato, que ficará encarregue de coordenar a equipa**

Na avaliação deste fator será considerada uma escala de zero a vinte valores a aplicar a cada um dos parâmetros abaixo referidos, resultando a avaliação final do fator F2.1 de uma média aritmética simples dos parâmetros a seguir identificados:

Parâmetros a considerar na avaliação:

- Avaliação da experiência profissional comprovada do Gestor da equipa do contrato em organizar passeios para públicos com características semelhantes e em escalas próximas à requerida (grupos grandes, animação, visitas turístico-culturais, logística).
- Número de Passeios Turísticos nos últimos dois anos 2023 e 2024 com entrega de declaração de Experiência sob compromisso de honra.

Critério de avaliação do subfactor SF.2.1	Pontuação
<ol style="list-style-type: none"> Experiência superior a 5 anos em organização de passeios turísticos com características semelhantes Mais de 15 viagens realizadas com o mínimo de 8 autocarros cada 	20
<ol style="list-style-type: none"> Experiência de 4 a 5 anos em organização de passeios turísticos com características semelhantes Entre 11 e 15 viagens realizadas com o mínimo de 8 autocarros cada 	15
<ol style="list-style-type: none"> Experiência de 2 a 3 anos em organização de passeios turísticos com características semelhantes Entre 6 e 10 viagens realizadas com o mínimo de 8 autocarros cada 	10

Critério de avaliação do subfactor SF.2.1	Pontuação
i. Experiência inferior a 2 anos em organização de passeios turísticos com características semelhantes ii. Até 4 viagens realizadas com o mínimo de 8 autocarros cada	5

• **SF2.2- Qualidade do itinerário apresentado**

Na avaliação deste fator será considerada uma escala de zero a vinte valores a aplicar a cada um dos parâmetros abaixo referidos, resultando a avaliação final do fator F2.2 de uma média aritmética simples dos parâmetros a seguir identificados:

Parâmetros a considerar na avaliação:

- i. Diversidade e Relevância dos Pontos de Interesse Turístico-Cultural;**
 - Avaliação da variedade de atrações e locais de interesse cultural, histórico ou paisagístico contemplados no programa.
- ii. Acessibilidade dos Pontos de Interesse**
 - Facilidade de acesso para pessoas com mobilidade reduzida.
- iii. Organização e Planeamento do Itinerário**
 - Grau de organização do circuito (**itinerário detalhado, horários realistas, número adequado de paragens**).
- iv. Sala de almoço**
 - Avaliação da adequação do espaço do almoço, considerando conforto, acessibilidade, higiene e capacidade, espaços de convívio e as especificações técnicas descritas.

Critério de avaliação do subfactor SF.2.2	Pontuação
i. Mais de 6 pontos de interesse ii. Totalmente acessível iii. Circuito bem planeado, detalhado e otimizado iv. Espaço moderno, acessível, com capacidade e características alinhadas às especificações descritas no caderno de encargos	20
i. 5 a 6 pontos de interesse ii. Parcialmente acessível iii. Circuito detalhado, mas com algumas lacunas logísticas iv. Espaço adequado, mas com alguns aspetos limitados descritas no caderno de encargos	10
i. Até 4 pontos de interesse ii. Sem acessibilidade iii. Circuito genérico e com pouco detalhe iv. Espaço com limitações de acessibilidade e organização, descritas no caderno de encargos	5



- **SF2.3 - Sustentabilidade no projeto e quantidade de atividades inseridas**

Na avaliação deste fator será considerada uma escala de zero a vinte valores a aplicar a cada um dos parâmetros abaixo referidos, resultando a avaliação final do fator F2.3 de uma média aritmética simples, dos parâmetros a seguir identificados:

Parâmetros a considerar na avaliação:

Avaliação do número e a qualidade das atividades sustentáveis integradas no programa

i. Integração de Práticas Sustentáveis

- Uso de práticas e serviços sustentáveis durante as viagens e visitas (exemplo: fornecedores locais, fornecedores certificados, transporte com menor emissão de carbono, incentivo ao comércio local).

ii. Empresas com Certificação de Sustentabilidade

- Inclusão de fornecedores ou parceiros com certificações reconhecidas de sustentabilidade.

Critério de avaliação do subfactor SF.2.3		Pontuação
i. Apresentação de mais de 3 práticas amplamente integradas no decorrer do itinerário	ii. Mais de 2 empresas certificadas	20
i. Apresentação de até 2 práticas integradas no decorrer do itinerário	ii. Até 2 empresas certificadas	
i. Sem práticas integradas no decorrer do itinerário	ii. Sem empresas certificadas	5